

Orçamento aprovado pelo Congresso contém falhas

O relator-geral do projeto de Orçamento da União, para 1989, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), revelou ontem ao JBr que está fazendo a varredura completa da proposta orçamentária aprovada no Congresso e que se encontra no Palácio do Planalto, para que o presidente José Sarney a sancione.

Até o momento — explicou Gabriel — esta varredura mostrou que três emendas aprovadas através de acordo, na Comissão de Orçamento, não foram explicitadas no projeto a ser convertido em lei.

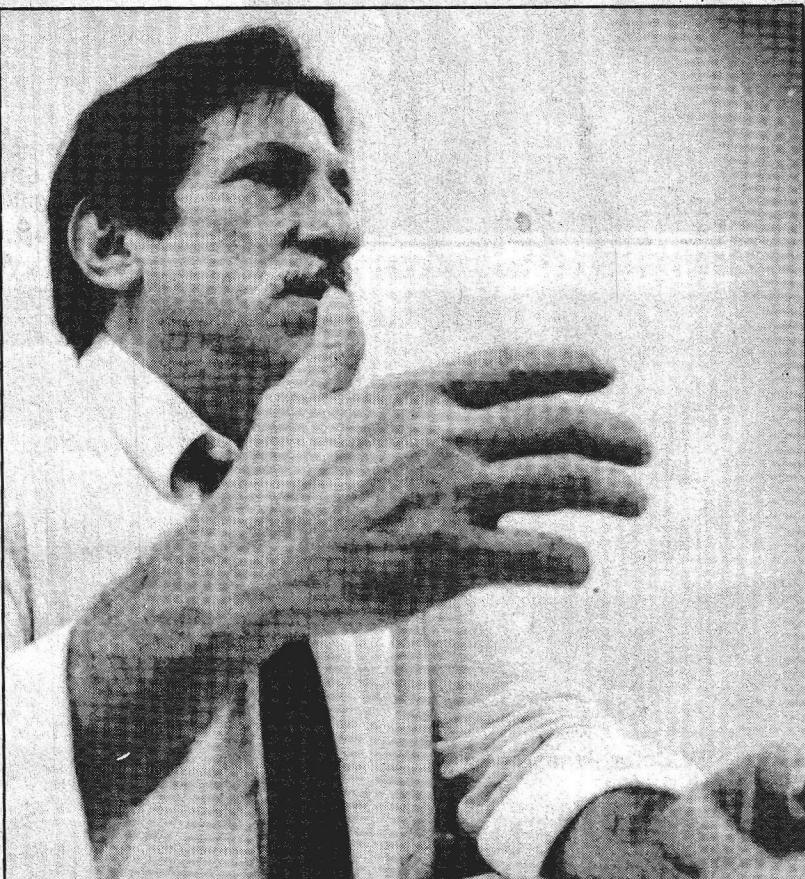
"Tais falhas serão sanadas, para que se respeite a vontade do Congresso", disse.

Parlamentares que acompanharam o processo de elaboração do orçamento afirmam, no entanto, que a redação final do texto submetido ao Palácio do Planalto contém várias imperfeições inexplicáveis. Um dos pontos destacados, sob tal aspecto, foi o aparente desaparecimento, no Ministério da Ciência e Tecnologia, de dotação aprovada pela Comissão de Orçamento, de Cr\$ 10 bilhões para o programa sino-brasileiro de satélites.

A verificação de tal lacuna deixou de ser comprovada ontem pelos técnicos de orçamento do Congresso, que alegaram não dispor do "Quadro de Discriminação de Despesas" (Q.D.D.), no qual todas as dotações globais constam pormenorizadamente, programa por programa.

Alterações

Recordou o senador Almir Gabriel que a proposta orçamentária da União foi objeto de quatro mensagens governamentais. A primeira, de 30 de agosto, foi substituída, — quando estava em exame na Comissão — por outra de 18 de novembro. Em seguida, no final de novembro, o Governo enviou nova mensagem, considerada inconsti-



Almir Gabriel quer sanar falhas antes da sanção presidencial

tucional no Congresso. Em consequência, quando estava sendo concluída a votação do orçamento, com base nas mensagens anteriores, o Palácio do Planalto propôs outras alterações naquelas matérias, que tiveram de ser apreciadas em menos de dez dias.

"A rigor — disse Gabriel — embora a última mensagem tratasse apenas de emendas que implicavam despesas de Cr\$ 9 bilhões num ministério e de utilização de Cr\$ 4 bilhões das chamadas reser-

Arquivo 21.11.88

Corte contraria a Constituição

O Congresso Nacional desrespeitou a Constituição, ao cortar em Cr\$ 65 bilhões dos serviços da dívida da União para cobrir outras despesas criadas pelos parlamentares. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República continua a examinar a constitucionalidade da série de emendas que criaram novas despesas e acabaram por mudar radicalmente a composição do orçamento geral da União de Cr\$ 120,4 trilhões para 1989.

Somente em janeiro o serviço de processamento de dados do Senado Federal concluirá a impressão dos textos finais dos anexos do orçamento da União. Os técnicos do Prodases prosseguem na tarefa complexa de conciliação das contas que precisam abrigar os interesses diversos dos parlamentares.

Pela Constituição, os parlamentares só não podiam mexer na proposta orçamentária do Executivo, nas dotações para as despesas de pessoal e para os serviços da dívida da União. Mas a votação do Orçamento às pressas impediu que houvesse acomodação de Cr\$ 65 bilhões de novas despesas e os parlamentares não tiveram dúvida em romper com o dispositivo constitucional.

Plenário decide aumento de 60%

vas de contingência na pasta da Justiça, para que se processassem tais modificações foram emendados mais de três mil itens do orçamento".

No congresso, em face das verificações feitas através da varredura determinada pelo senador Gabriel, havia o temor de que a Secretaria de Planejamento da Presidência da República tivesse procurado maquilar o orçamento, a fim de ajustá-lo aos interesses do Governo.

O aumento de 60% aprovado pelo Congresso para o funcionalismo público não será pago aos parlamentares em janeiro. As mesas da Câmara e do Senado, decidirão em fevereiro se os parlamentares terão direito apenas à URP ou se receberão 60% de reajuste como o funcionalismo público, conforme ficou definido em sessão da Câmara e do Senado na semana passada.